



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BOM

Estado do Paraná

Avenida Curitiba, 65 – CNPJ : 75. 771.212/ 0001-71 – Fone: (43) 3468 1123

LEI Nº 38/2023

SÚMULA: Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Rio Bom para o exercício financeiro de 2024.

Moisés José de Andrade, Prefeito Municipal de Rio Bom, Estado do Paraná, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Rio Bom para o Exercício Financeiro de 2024, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, composto pelas Receitas e Despesas dos órgãos da administração direta, estima a Receita em R\$ 26.384.328,20 (vinte e seis milhões trezentos e oitenta e quatro mil trezentos e vinte e oito reais e vinte centavos), e fixa a Despesa em igual importância.

DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art. 2º - O Orçamento do Município de Rio Bom para o exercício de 2024 e estima a Receita em R\$ 26.384.328,20 (vinte e seis milhões trezentos e oitenta e quatro mil trezentos e vinte e oito reais e vinte centavos) e fixa a Despesa para o Poder Legislativo em R\$ 1.674.000,00 (um milhão, seiscentos e setenta e quatro mil reais) e em R\$ 24.710.328,20 (Vinte e quatro milhões setecentos e dez mil trezentos e vinte e oito reais e vinte centavos) para o Poder Executivo.

§ 1º- A Receita do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas, transferências correntes e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BOM

Estado do Paraná

Avenida Curitiba, 65 – CNPJ : 75. 771.212/ 0001-71 – Fone: (43) 3468 1123

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
RECEITAS CORRENTES	31.014.804,73
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias	1.275.481,71
Transferências Correntes	29.511.077,49
Outras Transferências Correntes	228.245,53
RECEITAS DE CAPITAL	39.571,00
Alienação de Bens	39.571,00
(-) Dedução do Fundeb	-4.670.047,53
TOTAL	26.384.328,20

Art. 3º - A Despesa será realizada conforme as discriminações constantes do Anexo II, que apresenta a sua composição de acordo com a seguinte classificação:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
LEGISLATIVO MUNICIPAL	1.674.000,00
EXECUTIVO MUNICIPAL	1.050.222,24
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	1.856.368,33
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	1.596.315,95
AUTARQUIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	6.109.702,67
AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE	6.658.954,52
SECRETARIA MUN. DE AGRIC. PECUÁRIA MEIO AMBIENTE	666.910,36
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.259.534,34
SECRETARIA MUNC.DE VIAÇÃO, OBRAS E SERV.PÚBLICO	3.652.454,51
SECRETARIA MUNIC. DE INDÚSTRIA COM. E TRABALHO.	74.110,83
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	213.231,16
SECRETARIA MUNIC. ESPORTE, CULTURA, TURISMO E LAZER	361.854,34
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	210.668,95
TOTAL	26.384.328,20

Art. 4º - Ficam os poderes legislativo e executivo autorizado a:

I - Abrir no curso da execução orçamentária de 2024 créditos adicionais até o limite de 30% da despesa total fixada por esta Lei;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BOM

Estado do Paraná

Avenida Curitiba, 65 – CNPJ : 75. 771.212/ 0001-71 - Fone: (43) 3468 1123

II – A utilizar recursos à conta de reserva de contingência, nas situações previstas no artigo 5º Inciso III da LRF, e artigo 8º da Portaria Interministerial 163 de 04 de maio de 2001;

III – Realizar abertura de créditos suplementares, por conta do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, na forma do artigo 43, inciso I da Lei 4320/64;

IV – Realizar abertura de créditos suplementares provenientes do excesso de arrecadação, quando o saldo positivo das diferenças, acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada for efetivamente comprovado, considerando-se ainda, a tendência do exercício, na forma do artigo 43 da Lei 4320/64;

V – A abrir no curso da execução do orçamento de 2024, créditos adicionais suplementares para cobrir despesas vinculadas a fonte de recursos específicos, cujo recebimento no exercício tenha excedido a previsão de arrecadação e execução;

VI – A transpor, remanejar ou transferir, total ou parcialmente recursos orçamentários de uma mesma categoria de programação, nos termos do inciso VI, artigo 167 da CF;

Parágrafo 1º - Os créditos adicionais de que trata o inciso I poderá ocorrer de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, dentro da estrutura orçamentária;

Parágrafo 2º - Entende-se como categoria de programação, de que tratam o inciso VI deste artigo, despesas que fazem parte da mesma classificação funcional programática e que pertençam ao mesmo órgão e unidade orçamentária.

Art. 5º - Fica autorizado o Executivo e o Legislativo Municipal a proceder por Decreto até o limite de 30% (trinta por cento) das dotações definidas neste Orçamento, a compensação, conversão ou criação de fontes de recursos ordinários, vinculados ou próprios dos Projetos/Atividades/Operações Especiais e das Obras, sem lhes alterar o valor global, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta Lei. Não serão computados neste limite os créditos adicionais abertos com base no art. 4º.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BOM

Estado do Paraná

Avenida Curitiba, 65 – CNPJ : 75. 771.212/ 0001-71 – Fone: (43) 3468 1123

Art. 6º - Os valores constantes do Orçamento Geral do Município estabelecido a preços correntes do mês de julho de 2023, poderão ser corrigidos durante a execução orçamentária, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor,- INPC/IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, aplicado a partir de agosto de 2023.

Art. 7º - Os órgãos e entidades mencionados no art. 1º ficam obrigados a encaminhar ao órgão responsável pela consolidação geral das contas públicas do município, até quinze dias após o encerramento de cada mês, as movimentações orçamentárias, financeiras e patrimoniais, para fins de consolidação das contas públicas do ente municipal.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2024.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio Bom, 31 de outubro de 2023.


MOISÉS JOSÉ DE ANDRADE
Prefeito Municipal
MOISÉS JOSÉ DE ANDRADE
PREFEITO MUNICIPAL
RIO BOM - PR



Prefeitura Municipal de Rio Bom

Atos Oficiais

Leis



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BOM **Estado do Paraná**

Avenida Curitiba, 65 – CNPJ : 75. 771.212/ 0001-71 – Fone: (43) 3468 1123

LEI Nº 38/2023

SÚMULA: Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Rio Bom para o exercício financeiro de 2024.

Moisés José de Andrade, Prefeito Municipal de Rio Bom, Estado do Paraná, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

LEI :

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Rio Bom para o Exercício Financeiro de 2024, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, composto pelas Receitas e Despesas dos órgãos da administração direta, estima a Receita em R\$ 26.384.328,20 (vinte e seis milhões trezentos e oitenta e quatro mil trezentos e vinte e oito reais e vinte centavos), e fixa a Despesa em igual importância.

DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art. 2º - O Orçamento do Município de Rio Bom para o exercício de 2024 e estima a Receita em R\$ 26.384.328,20 (vinte e seis milhões trezentos e oitenta e quatro mil trezentos e vinte e oito reais e vinte centavos) e fixa a Despesa para o Poder Legislativo em R\$ 1.674.000,00 (um milhão, seiscentos e setenta e quatro mil reais) e em R\$ 24.710.328,20 (Vinte e quatro milhões setecentos e dez mil trezentos e vinte e oito reais e vinte centavos) para o Poder Executivo.

§ 1º- A Receita do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas, transferências correntes e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.



DIÁRIO OFICIAL

Prefeitura Municipal de Rio Bom

Edição nº 2089
Ano 2023
Página 3 de 7

www.riobom.pr.gov.br/diario-oficial-eletronico

Terça-feira, 31 de Outubro de 2023



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BOM **Estado do Paraná**

Avenida Curitiba, 65 – CNPJ : 75. 771.212/ 0001-71 _ Fone: (43) 3468 1123

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
RECEITAS CORRENTES	31.014.804,73
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias	1.275.481,71
Transferências Correntes	29.511.077,49
Outras Transferências Correntes	228.245,53
RECEITAS DE CAPITAL	39.571,00
Alienação de Bens	39.571,00
(-) Dedução do Fundeb	-4.670.047,53
TOTAL	26.384.328,20

Art. 3º - A Despesa será realizada conforme as discriminações constantes do Anexo II, que apresenta a sua composição de acordo com a seguinte classificação:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
LEGISLATIVO MUNICIPAL	1.674.000,00
EXECUTIVO MUNICIPAL	1.050.222,24
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	1.856.368,33
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	1.596.315,95
AUTARQUIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	6.109.702,67
AUTARQUIA MUNICIPAL DE SAÚDE	6.658.954,52
SECRETARIA MUN. DE AGRIC. PECUÁRIA MEIO AMBIENTE	666.910,36
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.259.534,34
SECRETARIA MUNC.DE VIAÇÃO, OBRAS E SERV.PÚBLICO	3.652.454,51
SECRETARIA MUNIC. DE INDÚSTRIA COM. E TRABALHO.	74.110,83
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	213.231,16
SECRETARIA MUNIC. ESPORTE, CULTURA, TURISMO E LAZER	361.854,34
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	210.668,95
TOTAL	26.384.328,20

Art. 4º - Ficam os poderes legislativo e executivo autorizado a:

I - Abrir no curso da execução orçamentária de 2024 créditos adicionais até o limite de 30% da despesa total fixada por esta Lei;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BOM **Estado do Paraná**

Avenida Curitiba, 65 – CNPJ : 75. 771.212/ 0001-71 _ Fone: (43) 3468 1123

II – A utilizar recursos à conta de reserva de contingência, nas situações previstas no artigo 5º Inciso III da LRF, e artigo 8º da Portaria Interministerial 163 de 04 de maio de 2001;

III – Realizar abertura de créditos suplementares, por conta do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, na forma do artigo 43, inciso I da Lei 4320/64;

IV – Realizar abertura de créditos suplementares provenientes do excesso de arrecadação, quando o saldo positivo das diferenças, acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada for efetivamente comprovado, considerando-se ainda, a tendência do exercício, na forma do artigo 43 da Lei 4320/64;

V – A abrir no curso da execução do orçamento de 2024, créditos adicionais suplementares para cobrir despesas vinculadas a fonte de recursos específicos, cujo recebimento no exercício tenha excedido a previsão de arrecadação e execução;

VI – A transpor, remanejar ou transferir, total ou parcialmente recursos orçamentários de uma mesma categoria de programação, nos termos do inciso VI, artigo 167 da CF;

Parágrafo 1º - Os créditos adicionais de que trata o inciso I poderá ocorrer de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, dentro da estrutura orçamentária;

Parágrafo 2º - Entende-se como categoria de programação, de que tratam o inciso VI deste artigo, despesas que fazem parte da mesma classificação funcional programática e que pertençam ao mesmo órgão e unidade orçamentária.

Art. 5º - Fica autorizado o Executivo e o Legislativo Municipal a proceder por Decreto até o limite de 30% (trinta por cento) das dotações definidas neste Orçamento, a compensação, conversão ou criação de fontes de recursos ordinários, vinculados ou próprios dos Projetos/Atividades/Operações Especiais e das Obras, sem lhes alterar o valor global, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta Lei. Não serão computados neste limite os créditos adicionais abertos com base no art. 4º.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BOM **Estado do Paraná**

Avenida Curitiba, 65 – CNPJ : 75. 771.212/ 0001-71 _ Fone: (43) 3468 1123

Art. 6º - Os valores constantes do Orçamento Geral do Município estabelecido a preços correntes do mês de julho de 2023, poderão ser corrigidos durante a execução orçamentária, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor, - INPC/IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, aplicado a partir de agosto de 2023.

Art. 7º - Os órgãos e entidades mencionados no art. 1º ficam obrigados a encaminhar ao órgão responsável pela consolidação geral das contas públicas do município, até quinze dias após o encerramento de cada mês, as movimentações orçamentárias, financeiras e patrimoniais, para fins de consolidação das contas públicas do ente municipal.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2024.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio Bom, 31 de outubro de 2023.

MOISÉS JOSÉ DE ANDRADE
Prefeito Municipal